

## "ECONOMIA DE FAVELA"

Notas de campo sobre as economias de compartilhamento e consumo colaborativo na  
Barreira do Vasco - RJ

Hilaine Yaccoub<sup>1</sup>

Este artigo resulta de um esforço em demonstrar como me deparei com um tema inédito ao tratar de práticas de consumo de moradores de uma favela carioca – a Barreira do Vasco – que construíram formas de vida em comum e de resistência não armadas, através de “redes sociais de assistência mútua”(Lomnitz, 1975). Como ponto de partida, tento explicar a relação estabelecida entre pesquisador e moradores. Tal relação trouxe a possibilidade de participar de uma "economia de favela" onde bens e serviços são compartilhados entre redes sociais para resolução de problemas cotidianos, corriqueiros e emergenciais. Dentro desta perspectiva, defendo a ideia de que moradores desta favela, em particular, encontraram um caminho para desenvolver formas de consumo compartilhado e colaborativo, a partir dos laços e vínculos sociais formados e continuamente fortalecidos por essas redes fundadas e baseadas em valores comuns. Deste modo, não vejo a favela exclusivamente como um "problema social", mas como formas sociais que anunciam alternativas e soluções possíveis, sustentáveis para os dilemas da vida em comum em termos econômicos e de governança – mesmo quando os próprios moradores não possuem esta consciência.

Palavras-chaves: favela – economias de compartilhamento – redes sociais

“O que se traz de um estudo de campo depende muito do que leva para ele”

Evans-Pritchard

Ao iniciar a pesquisa de campo em uma favela carioca<sup>2</sup> em janeiro de 2011, entendi que era preciso estar naquela localidade o maior tempo possível para acompanhar diferentes situações sociais que ocorriam naquele espaço. Assim, durante todo esse período, aluguei três casas, em diferentes áreas daquela localidade, com o objetivo de

---

<sup>1</sup> Antropóloga do Consumo. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). contato [info@hilaineyaccoub.com.br](mailto:info@hilaineyaccoub.com.br)

<sup>2</sup> A favela Barreira do Vasco está localizada no bairro de São Cristóvão, região portuária do Rio de Janeiro. É uma favela tradicional que teve seu início no final dos anos 1930. Segundo dados oficiais do Instituto Pereira Passos possui cerca de 8 mil domicílios.

melhor compreender as dinâmicas locais. A experiência de morar no lugar e conviver com os moradores, despertou meu interesse pela favela como um todo. Entendi que, para compreender o acesso (distribuição), consumo (modos de uso, práticas, hábitos, etc.) e compartilhamentos de bens e serviços públicos e privados (água, energia elétrica, TV a cabo e Internet), deveria entender a sua dinâmica sob vários aspectos e pontos de vista locais. Especialmente, a partir de suas lideranças, estruturas políticas de organização, modos de resolução de conflitos, até chegar à interface da favela com o Estado, isto é, instituições e autoridades dos governos municipal e estadual, entre outros. Eu não fazia ideia que ali começava uma relação empática onde através da convivência contínua e aprofundada desenvolvi vínculos sólidos verdadeiros. Não há pesquisa verdadeiramente antropológica que não mude o pesquisador. Eu fui afetada.

Deparei-me com uma favela dotada de profundidade temporal e organização política própria. Como em tantos outros agrupamentos sociais, também na Barreira do Vasco foi possível observar sistema de crenças e valores, sistema de parentesco, redes sociais e uma rica cultura material, movimentada por lógicas próprias de compartilhamento, consumo, dotadas de moralidades, formas de provisão e hierarquias de necessidades. Todos esses aspectos marcam o que é viver e morar em uma favela<sup>3</sup>.

Essa perspectiva da favela – que enfatiza os significados de suas conveniências e de sua organização política – levou-me à antropologia social inglesa do início do século XX (Malinowski<sup>4</sup>, Radcliffe Brown, Evans-Pritchard), mas sobretudo à Escola de Manchester de Max Gluckman e Victor Turner.

Comecei pelos estudos pioneiros da antropologia econômica. As descrições no âmbito da materialidade – o Kula investigado por Malinowski (1978), os Nuer de

---

<sup>3</sup> Importante frisar que utilizarei o termo “favela” porque é esse o termo que os interlocutores utilizam continuamente.

<sup>4</sup> Malinowski (1978), em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, contribuiu para o aprimoramento do trabalho de campo. A partir dali, a experiência do fazer etnográfico deveria ocorrer por longos períodos junto aos nativos. O antropólogo deveria se fazer presente, pois apenas dessa maneira ele conseguiria ver os “imponderáveis da vida cotidiana”. Ele nos apresentou uma sensibilidade narrativa, valorizando suas experiências de campo através de recursos textuais que expressavam sua vocação de escritor. Há quem critique Malinowski por não ter colaborado de forma relevante para o desenvolvimento teórico da antropologia, mas sua contribuição, no que tange ao método etnográfico, é contundente e, na medida em que alterou as formas de coletar os dados, certamente foi responsável também por promover alterações nas “teorias”.

Evans-Pritchard (2001) e também o *Ensaio sobre a Dádiva* de Marcel Mauss (2003, 2013) – auxiliaram-me no entendimento da “gramática” socioeconômica da favela, revelando como os aspectos econômicos estão inscritos na morfologia social da localidade, inseparáveis e indissociáveis de outras esferas da vida comum (parentesco, amizade, vizinhança, redes sociais e grupos de clientes, política, moralidades, entre outros).

Além destas referências, outros autores mais contemporâneos merecem destaque porque contribuíram de forma relevante pensar o meu atual campo, no caso a favela Barreira do Vasco. A antropóloga Larissa Adler Lomnitz, que em 1975 publicou o livro *Cómo Viven los Marginados*, a partir de um trabalho etnográfico realizado em uma *barriada* mexicana, e, posteriormente o livro *Redes Sociais, Cultura e Poder*, com desdobramentos e novos olhares de seu trabalho de campo realizado no México. Ao meu ver, sua grande contribuição foi aprofundar seus estudos com grupos que se estabeleceram e formaram redes sociais baseadas em reciprocidade, confiança e compartilhamento. As categorias analíticas utilizadas pela autora serviram para demonstrar que mesmo dentro de um contexto moderno urbano, as redes sociais buscam meios tradicionais para “sobrevivência”, comuns aos estudos de comunidades tradicionais da Antropologia.

Com intuito de aprofundar o conceito de redes sociais e suas formas de organização, melhor dizendo, associação, busco no autor Bruno Latour e sua abordagem da teoria ATOR-REDE (ANT) um caminho para entender a dinâmica do que ele chama de “reagregação do social”. O autor aposta em uma análise da “associação”, ou redes sociais, a partir de suas transformações, mutações, controvérsias, uma vez que estão fadadas às inovações. Ele aponta que o maior desafio para os estudos de “redes sociais” a partir da perspectiva da teoria ATOR-REDE (ANT) é tentar “rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores quando se encontra um meio de registrar vínculos entre quadros de referência estáveis e mutáveis em vez de tentar estabilizar um deles” (Latour, 2012, p.45). Defende que para analisar redes sociais ou associações faz-se

necessário entender lideranças, e outros componentes que ele denomina de “mediadores e intermediários”.

A essa altura, é importante situar como a favela, uma categoria nativa e sociológica bastante disputada em termos políticos e acadêmicos, assumiu outros contornos para mim ao longo da experiência etnográfica. Antes da pesquisa de campo, eu era uma estudante de Antropologia convencida de que o problema da favela se resolvia plenamente no âmbito dos estudos urbanos, das teorias antropológicas voltadas para as sociedades complexas, geralmente vinculadas à questão da pobreza em contextos de desigualdade. Eram aglomerados que, apesar de complexos e urbanizados, sofriam com os estigmas relacionados às falhas do “desenvolvimento e progresso”. Sem desmerecer esta abordagem e todos os frutos que ela produziu no âmbito dos estudos urbanos recentes, não pude deixar de observar, como "moradora de favela", que a exclusividade desta perspectiva obscurecia aspectos cruciais que diziam respeito ao vigor, à riqueza e à singularidade positiva das relações sociais que ocorrem ali.

Em dado momento, pareceu-me que a favela não poderia ser explicada somente a partir da pobreza, da falta, da carência e da precarização – neste ponto, discordo da categoria “sobrevivência” utilizada por Lomnitz (1975) por ser um termo carregado de implicações sociológicas de carência; ou então, pelo viés da ilegalidade e da informalidade. Ao contrário, sob vários aspectos que pude constatar a favela apresenta expressões sociais que, apesar de informais ou ainda não legitimadas pelas instituições estatais, estão cada vez mais afinadas com a vanguarda do pensamento social e econômico contemporâneo. Ou seja, de muitas maneiras, sem mesmo ter consciência do seu estilo de vida calcado nas "sustentabilidades" - social, econômica, ambiental etc, - o moradores da favela já ultrapassaram e superaram dilemas da própria sociedade que continua a compreendê-la como um “problema social”, anunciando soluções locais para dificuldades da vida em comum em termos econômicos e de governança – mesmo quando os próprios moradores não possuem esta consciência –, em contextos metropolitanos cada vez mais populosos, que se afastam do modelo ocidental europeu da cidade moderna do início do século XX.

Assim, em determinado momento, passei a perceber a favela não mais como “problema social”, mas como um tipo de produção de localidade que possui um “enraizamento” sociocultural próprio. Não são, portanto, espaços e populações que precisam ser beneficiadas por regimes de ordenamento ou mesmo “pacificadas”, “civilizadas”, mas, antes de tudo, compreendidas em suas capacidades transformadoras e regeneradoras do próprio tecido social urbano em contextos metropolitanos de países como o Brasil, China, Índia e, sobretudo, países africanos.

Essa mudança de perspectiva não ocorreu naturalmente, mas resultou de um regime de proximidade “situado”, isto é, fundado na hospitalidade e no meu acolhimento como “moradora da favela” em diferentes ocasiões nas quais me “submeti” aos códigos locais. Para esta mudança de perspectiva, concorreram inúmeras pessoas de lá, moradores, e do lado de cá, professores, autores e amigos.

Percebi, ao longo do trabalho de campo, que os conflitos<sup>5</sup> estão sempre presentes. Uma manifestação disso é encontrada na relutância das pessoas em aceitar compromissos que vão contra suas lógicas (de acesso e consumo de bens e serviços) estabelecidas, como o receio da chegada dos serviços das concessionárias de energia elétrica e a problemática suspensão da gatonet (TV a cabo clandestina). Em março de 2013, quando houve a ocupação pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) na Barreira do Vasco, percebi que estava diante de um “drama social”, na medida em que a UPP era organizada, estruturada, exclusivamente a partir de elementos externos à favela, considerados por ela problemáticos para a manutenção das socialidades consolidadas localmente. A atuação do Estado era pautada por uma lógica ética que parecia não (querer) compreender ou dialogar com as perspectivas êmicas da favela.

Neste ponto, as autoras Veena Das e Deborah Poole (2008) defendem uma etnografia para observar as práticas que parecem desfazer do Estado Nação e suas margens “oficiais”. As antropólogas convidam a pensar os limites e controles entre ilegal/legal, centro/periferia/, público/privado. No que denominam “Antropologia das

---

<sup>5</sup> Utilizo o conceito de conflito de acordo com Max Gluckman e Victor Turner como um mecanismo produtor da dinâmica e da unidade da vida. Um conceito que será melhor desenvolvido ao longo da tese, pois se encontra na centralidade das relações percebidas nas situações sociais e dramas sociais desenvolvidos pelos autores.

margens” consideram que o conceito de “margens” vai além do estado de exceção (das favelas), como condições estabelecidas que vão além das formas e normas do poder estatal. Por exemplo, nas favelas, o Estado é temido e desejado, presente e ausente, ao mesmo tempo. A lei é acessível em alguns momentos; em outros, não. Tem o braço policial, e, em certos momentos, as políticas pública. A presença do Estado nas favelas sempre se deu sob a forma do controle policial. (Santos, 1987).

Pude notar constante tensão entre os poderes públicos e os interesses dos diferentes grupos da favela. A questão é complexa, pois não se trata apenas da negação de um pelo outro, mas de tentativas frustradas de estabelecer diálogos. Existem demandas dos moradores em relação ao poder público: legalização de suas terras, acesso legal à serviços como água, energia elétrica, internet, coleta de lixo, saúde etc. Ao mesmo tempo, o Estado e as demais instituições sociais sabem que têm muito a ganhar com as favelas, especialmente o Mercado. Porém, muitas pessoas ali não podem arcar com as taxas cobradas por tais serviços e temem sua legalização. Também não conseguem compreender formas de registro e cobrança.

Somos, no ambiente urbano metropolitano, educados para o consumo. Quando há a iminência de sermos “enganados” ou estarmos “desprotegidos”, percebe-se um estado de apreensão e tensão. O Estado e suas instituições parceiras, por sua vez, exigem dos moradores da favela um comportamento pautado na obediência das leis e dos contratos, mas falha, ou mesmo nega, frequentemente no oferecimento dos serviços (dualidades em estar longe e perto), não deixando outra escolha senão a busca pela satisfação das demandas por meios oficiosos.

Entre ambiguidades e conflitos, a vida na favela segue. As pessoas vão encontrando meios para torna-la viável a partir de uma organização social própria, concebida com base em lógicas e valores próprios que, na maioria das vezes, se opõem às perspectivas e anseios “oficiais” propostos pelo Estado – pautadas em uma linguagem ética. Busco apresentar e enfatizar como os moradores construíram formas de regulação e organização, que por vezes competem ou são prejudicados pelos imperativos oficiais no âmbito governamental.

Como se pode depreender, minha atitude é diferente daquela assumida pelos estudos urbanos, ou pela Antropologia Urbana especializados em favelas (Perlman, 1977; Zaluar, 2002; Valladares 1978, 2000, 2005; Valla, 1986 ; Sousa Santos, 1973; Silva, 2008, Machado da Silva;1967), ou seja, a de que desde sua gênese a favela está relacionada a “irregularidades” de toda ordem. A “clandestinidade”, em vários aspectos, faz parte da definição destes espaços sociais que se tornaram lugares de moradia de milhões de brasileiros. Essa é a visão “oficial” sobre a favela.

No meu entendimento, essa perspectiva tem um problema, pois marca a favela como um não-lugar, como o espaço do transitório e, portanto, aquilo que em última instância faculta as incursões do Estado, não para consolidar esse espaço, mas para tentar eliminá-lo.

Do ponto de vista dos nativos, é fato que tudo começa como provisório e irregular, um jeito ou arranjo, mas que paulatinamente vai se “consolidando”, tornando aquilo que antes era uma solução “temporária” em algo permanente e até “institucionalizado”. Do mesmo modo, as novas “necessidades” são englobadas pelas formas “tradicionais” de acesso aos bens e serviços, fazendo com que novas “irregularidades” se apresentem na obtenção de novos serviços, como a TV a cabo e a Internet banda larga.

Na perspectiva nativa, as moradias “irregulares,” a medida em que foram passando por melhorias (mesmo que continuem não legalizadas) e o espaço foi sendo integrado, urbanizado, acrescido e verticalizado a partir de diversas obras, com ruas, becos, praças e áreas de sociabilidade, o comércio foi se instalando, fazendo com que o território ocupado da favela se transformasse em “comunidade” e, por vezes, em “bairros” com milhares de habitantes. Nesse sentido, não creio que a categoria comunidade assumida por essas populações para designar as favelas possa ser desprezada. No plano simbólico, ela se opõe aos sentidos atribuídos ao termo “favela”, especialmente no modo pelo qual ganharam fama nos meios de comunicação, a partir dos eventos de violência envolvendo disputas entre grupos criminosos armados que brigam entre si pelos pontos de vendas de drogas e as incursões policiais para combate a esses

grupos. Nesse contexto, a mídia costuma promover uma representação das favelas como espaços violentos e destituídos de condições dignas de vida. (Silva, 2010).

Dessa forma, confirma-se o estigma, historicamente construído que caracteriza as favelas como áreas “invadidas”, relacionando-as à “transgressão legal” – como aponta a socióloga Lícia do Prado Valladares (2005). Além da transgressão do solo, viola também as normas de utilização do espaço. Não contam com qualquer respaldo jurídico oficial ou ordem de ocupação, cabendo-lhes “uma posição marginal dentro da cidade”. No campo dos serviços básicos, estamos diante de uma espécie de “arte da viração” (Lessa, 2010) desenvolvida por esses moradores. O pobre urbano residente nessas localidades elaborou táticas e códigos de usos para burlar a escassez, a dificuldade de acesso e a marginalidade sócio espacial (apesar de muitas vezes ocuparem regiões centrais da cidade).

Por outro lado, em tempos recentes a imagem da favela “turística”, localizada em áreas nobres, tem sido transformada. A criatividade de seus moradores – desde as construções de suas casas em lógicas arquitetônicas que deixam arquitetos e engenheiros perplexos, assim como as formas de transporte (moto-táxi) e os arranjos técnicos desenvolvidos para acesso à energia elétrica e à água potável, bem como a contratação de serviços de TV a cabo e Internet – a meu ver, os afastou dos estigmas ligados à “carência de recursos” ou à “criminalidade”. Os moradores de favela aqui apresentados, embora ainda sofram com tais estigmas, se revelam como cidadãos que engendram dispositivos técnicos e sociais para superar as falhas que marcam a distribuição e o fornecimento, em suas casas e vizinhanças, dos chamados “serviços essenciais”.

Exemplo deste “novo olhar” para os moradores de favelas e seu contexto de vida foi evidenciado por Bianca Freire-Medeiros (2009), ao estudar o turismo na favela. A pesquisadora apontou que “a força da marca ‘favela’ tornou-se capaz de transcender o referencial territorial, promovendo tanto o que é brasileiro quanto o que pretende ser ‘alternativo’, ‘descolado’ e ‘reciclado’”. Os guias de viagem apontam inclusive que, para se conhecer o “verdadeiro” Rio de Janeiro, é necessário se conhecer a favela. Assim, as favelas, que historicamente foram (e ainda são) espaços estigmatizados, começam a mudar sua representação diante da sociedade mais ampla – talvez como processo de



tentativa forçada de venda de um “produto”, de um “consumo de experiência”, como exemplificam os passeios turísticos com a finalidade de perceber “a vida como ela é”, incrementando e tornando exótica a viagem de qualquer turista. As favelas tornaram-se destinos procurados por centenas de pessoas, estrangeiras e brasileiras.

Mudanças podem ser boas, mas nem sempre são positivas, e é preciso avaliar com critério o que vem acontecendo nesses espaços. Determinadas favelas podem deixar de ser vistas como lugares desagradáveis e perigosos, repletos de problemas que deveriam ter sido resolvidos pelo Estado, para – só então – serem tratadas como destino turístico. Há uma espécie de promoção da pobreza e da felicidade de seus moradores “apesar dos pesares”, como apontou uma pesquisa realizada por um instituto de pesquisa de mercado divulgada amplamente nos meios de comunicação<sup>6</sup>. Podemos cair no erro de endossar uma espécie de favela inventada (ou cenográfica), muitas vezes glamourizada, onde roteiros são previamente organizados, personagens são preparados de forma “artificial” através de scripts e onde é transformado o que é de fato comum e real em um teatro composto de todos os elementos destinados a esse campo (cenário, atores, encenações, etc.). Não se trata aqui de me opor a levar recursos a partir do turismo ou qualquer outra forma de empreendimento que o faça. No entanto, não cabe a este trabalho reforçar os estereótipos ligados à favela, sejam eles relacionados à criminalidade e à violência – numa perspectiva negativa – ou à exótica condição de felicidade em meio à precariedade – na perspectiva “positiva” e, por assim dizer, mercadológica da favela.

Tanto o estereótipo da criminalidade e da violência quanto o da alegria são negativos, pois minimizam a capacidade de agência dos atores, do seu papel ativo como sujeitos sociais e políticos. De um lado, sugerem a imagem de vítimas que precisam ser salvas pelo Estado de grupos organizados de bandidos cruéis que oprimem as pessoas “de bem”; de outro, promovem a representação de uma população alienada, que “precisa de pouco para ser feliz”. Ambas as representações são complementares e dizem respeito a um mesmo ponto de vista exterior à favela, que não quer enxergar a sua realidade no

---

<sup>6</sup>Pesquisa mostra que 94% dos moradores de favela são felizes. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/02/pesquisa-mostra-que-94-dos-moradores-de-favela-sao-felizes.html>. Acesso dia 22 de março de 2014.

sentido mais crítico do termo: a favela realmente como uma alternativa e um modo de vida real, em termos sociais, econômicos e políticos. No primeiro caso, abrem espaço para todos os problemas – que discutiremos ao longo do trabalho – decorrentes das UPPs. No segundo, transmitem a falsa ideia de que não há problemas e que tudo está certo na vida daquelas pessoas, afinal, elas já são felizes. Qualquer grupo social é mais complexo que um estereótipo e meu trabalho de campo mostrou-me que na Barreira do Vasco havia criminalidade e alegria ou uma “teimosia” expressa em encontrar momentos de alegria apesar das diversidades, mas não apenas isso, pois o cotidiano daquelas pessoas é muito mais rico e matizado do que essa perspectiva dicotômica.

Como anteriormente apontado, não é de agora que as favelas têm sido pesquisadas pelas ciências sociais, mas, pelo menos, desde os relatórios SAGMACS<sup>7</sup> na década de 50. Já neles, os pesquisadores procuram adotar uma perspectiva êmica, isto é, com o uso de entrevistas combinadas com observações diretas, procuram apresentar a favela através de seus moradores, desfazer alguns estereótipos e mostrar a existência de uma racionalidade e lógica em seu modo de vida, bem como o desafio a ser enfrentado para entender como eles atuam em situações específicas. Esta tese visa, então, a apresentação e a reflexão sobre modos de viver, morar e “se virar” dentro de um contexto de escolhas no qual o Estado preferiu não estar presente no provimento de direitos (serviços básicos ou essenciais), a não ser por meio de forças repressivas policiais.

O trabalho que desenvolvi não pretendeu realizar apenas uma historiografia da favela Barreira do Vasco (BV). Não se trata de desprezo por essa perspectiva, mas da opção por outro tipo de abordagem, em que são privilegiados na empreitada etnográfica os acessos e consumos de bens e serviços. Nesse sentido, parafraseando Geertz, não propuz o estudo de uma favela, mas sim o estudo de uma questão em uma favela, ou seja, em um contexto etnográfico específico. Desse modo, me preocupei, sobretudo, em como

---

<sup>7</sup> Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais – SAGMACS, fundada em 1950 foi uma instituição de estudos e pesquisas com foco no planejamento urbano e regional e no desenvolvimento econômico e social, constituindo um organismo vinculado e influenciado pelo grupo francês Mouvement Économie et Humanisme, também coordenado por Le Bret. (CESTARO, 2010, p. 1)

os acessos, consumo e compartilhamento de bens e serviços foram se constituindo e sendo englobados por uma forma específica de organização social, econômica e política.

Dedico meus esforços ao estudo das formas como se apresentam e se articulam os acessos e consumos de bens e serviços sob a lógica das economias de compartilhamento através de redes sociais que denominaram “Nossos” e “Família Associação”. Estas redes sociais foram e estão sempre em mutação e expressam como cada conjunto de atores sociais estabelecem vínculos a partir de determinados elementos, proximidade, espaço-tempo, histórico de suas relações, a presença constante em eventos importantes (como festas ou situações de tensão). Pretendo discutir, a partir da teoria maussiana, como estas redes se formam, atuam e são organizadas a partir de um dar, receber e retribuir (Mauss, 2003) que se transforma em uma “economia do afeto”. As trocas não são percebidas como presentes; a dádiva, neste caso, se materializa de forma diferente. É uma obrigação de contribuir como uma forma de “natureza” social do ser “favelado”, ou seja, faz parte de uma estrutura social (Price, 1975).

Creio que este é a questão fundamental de meu trabalho, minha principal contribuição para o entendimento desse espaço e para definição e constituição do modo de vida que pude observar na BV. É a partir dessa noção de “economias de compartilhamento” que abordei as diversas formas de uso compartilhado daquilo que em outros contextos é particularizado e individualmente apropriado e utilizado. Trata-se de abordar os bens a partir de uma hierarquia estabelecida sob critérios de circulação e compartilhamento próprios de bens e serviços, buscando entender o que leva um bem ou serviço a se constituir enquanto “necessidade”, o que torna desejável ou necessário "a propriedade" de um bem e o que faz com que outros sejam passíveis de empréstimos ou compartilhados. Há, ainda, coisas compartilhadas com o objetivo de obtenção de lucro financeiro; outras fogem à essa lógica e são simplesmente compartilhadas. Percebi que esses tipos de compartilhamento caracterizam e geram pertencimentos ao lugar e a redes sociais.

No caso da BV, as pessoas concebem e organizam o compartilhamento de energia elétrica e outros serviços quando, por exemplo, várias famílias partilham o mesmo

medidor (ou mesma gambiarra) através de ligações “clandestinas”. Nesses casos, a partir dos relatos etnográficos, apresento as questões que caracterizam esse “compartilhamento”, discutindo desde as elaborações propriamente técnico desses artefatos chamados de gambiarras, até a ética e as suas regras de compartilhamento, isto é, como aqueles que normalmente são os proprietários ou “guardadores” dos medidores e das ligações regulares repartem a energia elétrica emprestando seu medidor aos demais.

Embora a energia elétrica tenha sido a preocupação inicial do meu trabalho, ela não foi a única questão a compor o que entendo por “economias de compartilhamento”. Há também a divisão de pontos de TV a cabo entre pessoas de domicílios diferentes, quando, a partir da compra de 3 ou 4 pontos de conexão (ligações regulares e formais junto à empresa), é efetuada a distribuição dos pontos de TV, a partir de acordos quanto ao valor do pacote e o número de canais a ser contratado. Nessa relação, se faz presente o acordo verbal e a eleição de um dos moradores como responsável pelo trâmite comercial, pela contratação da empresa e o recolhimento mensal do pagamento de cada família para quitação da conta. Essas divisões são reveladoras, pois expõem as alianças e fissuras do tecido social. A escolha dos sócios da TV a cabo revelam as afinidades ao mesmo tempo em que permitem entrever os códigos morais que fazendo dos “sócios” elegíveis apenas certas pessoas. A honra e a reputação, pautadas na moralidade local, se baseiam assim na conduta da pessoa, em sua dedicação ao trabalho e na solidez com a qual desempenha os mais valorizados papéis sociais – pai ou mãe de família.

Já mencionei a energia elétrica e a TV a cabo. Há ainda outros “serviços” valorizados que se destacam ao longo da tese. A partilha das redes de Internet é um deles. Alguns moradores fazem desse compartilhamento uma forma alternativa de renda. Desse modo, contratam um pacote de dados com velocidade e capacidade altas e fazem divisão da sua conexão criando redes de clientes. Normalmente esses “gerentes” têm o domínio técnico necessário e prestam assistência técnica personalizada aos outros moradores. A diferença é que o valor cobrado é menor que os praticados pelas empresas concessionárias do serviço e sua margem de lucro é pequena.

Outra prática observada é a rede de empréstimos, tanto para bens duráveis como aparelhos domésticos (batedeira, chapinha de alisamento de cabelo, liquidificador, gaveta de freezer, panelas de grande capacidade, máquina de lavar roupa, varais, roupas e acessórios para ocasiões especiais), quanto medicamentos ou alimentos em horas de emergência (emprestar um ovo, um copo de açúcar, arroz, etc.). Muitas vezes, há aqueles que deixam de comprar certos objetos para si porque seu vizinho já o possui. Certos objetos, então, circulam por diferentes domicílios, atendendo a diferentes usuários.

A água também é um bem comumente compartilhado. Não é raro ver pessoas carregando baldes ou galões de água pela favela. A fonte do recurso é a torneira de algum parente ou vizinho ao lado pertencente a mesma rede social. As “borrachas” (mangueiras) ligadas em inúmeras torneiras criam caminhos e desenhos sinuosos no chão da favela, ligando vizinhos num emaranhado de canos maleáveis por onde passa o mais valioso dos bens.

Existe um tipo de mercado local – podemos chamá-lo de “criativo”, “alternativo” ou “colaborativo” – que procura atender, preferencialmente, à população de baixa renda que não tem acesso ao mercado formal nem aos programas governamentais de provisão, ou quando tem, esses são deficitários, fazendo com que os consumidores procurem alternativas para resolver seus problemas. Além disso, quando esses consumidores têm acesso ao mercado formal, os valores são impraticáveis, havendo assim o fortalecimento do “ilegal”, do “informal” e do “irregular”.

Outra questão a ser considerada: a proximidade entre a oferta do serviço e o contratante. A “personificação” do serviço cria laços de confiança, pois quando ocorrerem (e se ocorrerem) problemas, haverá sempre aquele que mora próximo, possui um nome, um endereço ao qual poderá recorrer. Não há a impessoalidade (e descrença) na busca de solução por meio de um número de telefone de Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC). Quando o vínculo próximo já existe, facilita a contratação e negociação de valores mais adequados para o “cliente”, seja vizinho, amigo, compadre.

As “economias de compartilhamento”, no entanto, revelam mais do que técnicas e arranjos para suprir necessidades. Elas expõem os fios que formam a malha social da

favela, com seus valores morais, suas dificuldades e também suas histórias de superação. Elas existem porque se constituíram como um valor importante dessas populações, tornaram-se uma lógica não apenas alternativa à ineficiência do Estado, mas, talvez, uma lógica alternativa contra a lógica estatal (UPP), tornou-se aquilo que a socióloga Jacqueline Muniz denominou recentemente de “resistência desarmada da população” em uma entrevista recente<sup>8</sup>, na qual aponta:

Um dos principais desafios das UPP's e do processo de pacificação como um todo e que faz parte do próprio planejamento, está previsto no próprio planejamento de implantação da UPP em todas as suas quatro etapas é exatamente a **resistência desarmada da população**. A resistência armada, a recalcitrância armada provocada por criminosos, essa é tecnicamente mais fácil de vencer no curto prazo, né... com saturação de policiamento, com ocupação militar, com uso de blindagem, articulação logística e tática para garantir o controle territorial, correto? Mas a administração cotidiana da ordem pública, da ordem local, nas comunidades, nas favelas e comunidades populares no Rio de Janeiro é mais complexa, por quê? Primeiro porque pelo primeiro ponto tem um histórico de violência, violações e desrespeitos que geram uma memória ressentida, uma mágoa, uma dor acumulada que precisa, evidentemente, ser posta pra fora né, que discutida, ter espaços de escuta, espaços de transparência. Então essa resistência, essa desconfiança prévia marcou os últimos 30 anos da história do policiamento nas favelas. O que se tinha antes? A chamada síndrome do cabrito: o sobe e desce morro, onde as operações especiais passaram a ser o cotidiano nas favelas. Quer dizer, nas favelas não se acertava o serviço público de segurança previsível, regular, transparente sobre o controle da própria comunidade policiada. Se tratavam de ocupações e invasões. Ora feita por bandos armados, ora feita pela própria polícia. De tal maneira que essa polícia, na favela, se transformou em estrangeira em seu próprio território, correto? Era uma espécie de escolha difícil para a população de qual tirania ela iria se submeter: à tirania do crime, à tirania da milícia, mais recentemente, ou à tirania de bandos de policiais né, que não cumpriam com seu trabalho adequadamente violando direitos, destituindo as pessoas de sua cidadania; essa história prévia e a ela somada o aparelhamento político-partidário dos programas de policiamento comunitário no Rio de Janeiro, eu gostaria de lembrar à população, que a história de policiamento comunitário no Brasil começou no Rio de Janeiro na década de oitenta. Se nós tivéssemos perseguido nessa proposta com os postos de policiamento comunitário em oitenta, com os policiamentos, com o modelo de policiamento comunitário no Grajau, em Copacabana, em Arraial do Cabo na década de noventa. Chegamos a ter um batalhão

---

<sup>8</sup> Programa Globonews em, 19/03/2014. Disponível em <http://globoTV.globo.com/globo-news/globo-news-em-pauta/v/sociologa-fala-sobre-ataque-a-upps-no-rio-de-janeiro/3228078/> Acesso dia 20 de março de 2014.

de polícia comunitária na Ilha do Governador. Na década de 2000 nós criamos os GPAES, que eram grupamentos especiais para áreas de risco que se tratavam de esboços, de rudimentos do que seria essa polícia de proximidade hoje. Portanto temos 40 anos, quase, de experiências de policiamento comunitário ou de policiamento de proximidade nas favelas. No entanto o aparelhamento político-partidário acabou por sabotar né, essas iniciativas. Era uma espécie de enxugar gelo e refazer de novo. Isso gerou uma espécie de cansaço, cansaço emocional nas comunidades que precisam pagar pra ver: ora, será que dessa vez vai funcionar? Será que dessa vez é pra ficar? Será que dessa vez os policiais que vêm pra cá serão policiais diferentes daqueles que no passado assaltaram a nossa dignidade, humilharam nossas famílias. Será que os casos que venham a ocorrer de violência serão devidamente apurados? Então é muito razoável e previsível que se encontrem **resistências sociais desarmadas** em função desse encontro infeliz da polícia com sua comunidade, correto? E essa é, talvez, a questão mais difícil de ser superada. Não se tem como produzir proximidade onde se continua a distância. E a confiança pública na polícia é a condição de sua eficácia, eficiência e efetividade tanto no asfalto quanto na favela. Quando uma polícia perde a credibilidade, perde a confiança, ela vira polícia de júri, mas deixa de ser polícia de fato, polícia de direito. Nesse sentido todos nós acabamos por escolher o portão da esquina né, o tirano de ocasião ao invés de escolher a polícia. Porque a gente acha que, se a polícia vem, ela atrapalha, ela piora, isso quando ela não chega depois... Então essa visão da polícia que foi construída de décadas, ela não vai ser desconstruída de um dia para o outro. É por isso que o programa de pacificação prevê uma etapa de estabilização e mesmo de reestabilização em diálogo com essa população, esse é um ponto fundamental. O segundo ponto importante é que essas comunidades populares do Rio de Janeiro ficavam entregues a uma elevada informalidade, à clandestinidade de suas práticas e à práticas ilegais. Ora, o acesso a serviços essenciais como água, luz, telefone e tudo o mais passou a ser objeto de venda, de mercadoria política né, de cobrança de impostos para fins criminais. Então não é tão somente com a presença da polícia que se poderá garantir a estabilização de território. A polícia quando chega produz a paz civil, mas não é capaz nem aqui e em nenhum lugar de produzir paz social porque ela é um meio de força comedido. Portanto a necessidade de que os efeitos da polícia produzidos nas áreas pacificadas durem no tempo, é atuar, é produção e oferta de **serviços essenciais à população**. Não se trata apenas de controle territorial, é preciso avançar tanto nas práticas de policiamento, mas sobretudo na infraestrutura social e urbana e políticas sociais que não sejam um programa de pacotes prontos. Do contrário o policial da UPP vai se transformando num soldado de chumbo, por quê? Esse é um dos graves problemas das polícias comunitárias: elas aquecem a demanda quando chegam, correto? Porque quando chega esse policial toda essa demanda vai pra ele e ele não tem como responder à maior parte dessas demandas porque essas demandas não são propriamente demandas de segurança pública ou demandas policiais. São demandas por direitos mais amplos que envolvem outras agências públicas portadoras de serviços essenciais. Então na verdade a expectativa que a população tem é: vai chegar a UPP e junto com a UPP vai chegar um bando de coisas, coisas a que

temos direito à décadas, mas elas não chegam no mesmo tempo. A polícia tem a presteza de estar lá dentro, mas o mesmo não acontece com o poder público em todas as suas outras áreas. E esse descompasso vai levando também a um desgaste dos jovens policiais que ficam ali tentando atender a uma demanda que ultrapassa a sua competência, a sua exclusividade e a intensidade e qualidade de sua ação, correto? Então na verdade é uma espécie de aproximar-se com distância né..., por quê? Porque esse policial acaba assumindo a função de governo. É muito claro hoje que é preciso se ter governo civil sob os territórios pacificados. O policial que está ali, ele não é o governador, ele não é o prefeito, correto?... Ele não é o novo dono do morro né... Então essa dinâmica precisa também ser aprimorada e ela não é simples. Ela não começa e termina na polícia. E mais né, ao concluir o meu raciocínio aqui: até o presente momento quem se faz de forma efetiva nos territórios pacificados é a Polícia Militar, correto? Só que o programa de pacificação não começa e termina numa política de policiamento de uma única polícia no Rio de Janeiro. Onde está toda a infraestrutura de segurança pública à serviço dos territórios pacificados, à serviço das comunidades beneficiadas? Ora, isso acaba por ser uma espécie de tiro amigo que sabota por dentro os esforços do próprio governo, por quê? Boa parte desses ataques podem ser detectados: detectados por um trabalho de inteligência, por um trabalho de investigação. Há também a necessidade de presteza e pronta resposta, um socorro tanto para a população vitimada, quanto ao policial, então cabia à Defesa Civil. Então a infraestrutura da segurança pública não está devidamente articulada para atender o desafio da pacificação” .(grifo meu)

Todas essas observações valem para marcar o momento em que há uma mudança de percepção dos moradores das favelas no que diz respeito à sua posição como cidadão e, sobretudo no mercado consumidor. Os estratos economicamente mais baixos da sociedade, que não eram percebidos como “consumidores”, embora tenham sempre consumido bens e serviços, são pensados agora como detentores potenciais de consumos por vezes superiores aos das chamadas camadas médias estabelecidas. A forma “clandestina” de obtenção de serviços e bens passam a ser vistos como desafios e a imposição das regularizações não se darão facilmente como muitos acreditam.

Neste momento, lembro a diferenciação das categorias “consumidores” e “usuários” cunhado por Michel De Certeau (2008)<sup>9</sup>. O primeiro denota passividade nas

---

<sup>9</sup> Essa relação não se encontra apenas no âmbito das favelas. Foi também percebido em bairros formais onde a partir de regras de “conveniências” – conceito desenvolvido por Michel De Certeau – durante meu trabalho de campo para a dissertação de mestrado. YACCOUB. Hilaine de Melo. *Atirei o pau no “gato”*. *Uma análise sobre consumo e furto de energia elétrica (dos “novos consumidores”) em um bairro popular*



relações, o consumidor é aquele ator social passivo que concorda com o sistema imposto pelas empresas ou Estado que desenvolvem e implementam estratégias inflexíveis e fortes aos seus “clientes”, há portanto uma relação direta e passiva. A outra categoria – usuários – se apresenta de forma diferente. O usuário detém o poder de manipulação de bens e serviços, é uma relação que “finge” conformidade com a imposição, mas desenvolve táticas de combate ao sistema instaurado.

A princípio, pode ser uma relação fraca, pois não impacta de forma agressiva às estratégias impostas, mas pode tomar um volume a ponto de incomodar as agências (empresas, concessionárias, Estado) e se consolidar, como temos visto no âmbito do acesso e consumo de bens e serviços nas favelas. Para tanto, esses usuários utilizam táticas (no passado e no presente) para combater as estratégias empresariais duras e inflexíveis, a partir de lacunas encontradas no próprio sistema, meios de obtenção do que necessitam para viver de acordo com o que conferem ser necessários e valorativos.

A “conquista” desses novos “usuários” não é algo simples. Ao longo do tempo, eles “institucionalizaram” práticas próprias de consumo, cujo centro são as práticas que possuem um caráter colaborativo, desenvolvidas em certa medida em função das relações do Estado e do próprio Mercado de bens e serviços (Yaccoub, 2011), mas que, com o tempo, consolidou-se. Antes, havia a ideia e o discurso da carência e da falta ao se tratar e se referir às camadas populares (Sarti, 2003; Zaluar, 2002). Eram entendidas como populações não consumidoras. Nos últimos dez anos, após o Plano Real e as políticas do governo federal de incentivo ao consumo por meio de crédito como forma de combater os efeitos da crise econômica iniciada em 2008, o mercado foi aquecido e as empresas passaram a se interessar por esse novo grupo que chamo ironicamente de “o novo índio”<sup>10</sup> em uma entrevista para uma reportagem da *Época Negócios*. Eles sempre consumiram, mas apenas na última década despertaram o interesse do chamado “Mercado”.

---

*de São Gonçalo – RJ*. Dissertação (Mestrado) em Antropologia – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, Niterói, RJ, 2010.

<sup>10</sup>Link:

<http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2013/04/antropologa-que-estuda-favela-para-empras.html>

As investigações realizadas indicaram que as diferentes “redes sociais de assistência mútua” – como definiu Larissa Lomnitz (1975) – desta favela praticam o compartilhamento de diferentes objetos (bens) e serviços. Essas práticas passaram a ser vistas e vividas como valores – características tácitas de uma ordem do lugar, “conveniências” (Certeau, 2008) – que garantem o bom convívio nas teias sociais. Esses valores são reproduzidos e estão enraizados no significado do que é ser um bom vizinho, um bom ser humano. A solidariedade é implícita, tácita, concebida como algo “dado”, e não enxergada por eles como um atributo à parte. Isto é ensinado às crianças de forma intensa. Por vezes, através de orientações, mas também observação das atitudes daqueles que estão em seu universo.

Diferente do que vem sendo feito até hoje quando tratamos dos estudos de realizados em favelas, não há um interesse primordial em discutir questões relativas aos grandes temas relacionados às questões negativas, como as remoções, a integração, a permanência, a gentrificação, a exclusão ou sua inclusão social. Minha intenção é tratar a favela e seus moradores como consumidores locais que fazem parte de uma organização própria constituída e estabelecida a partir dos recursos (econômicos, políticos, sociais) que estavam disponíveis.

Bem ou mal, essas populações construíram uma espécie de autonomia ou autarquia e, talvez seu maior crime perante o Estado seja esta insolente autarquia que se insinua através de seus becos e casas. Nesse sentido, a pesquisa poderia se dar em qualquer outro território – um condomínio de alto luxo na Zona Oeste do Rio de Janeiro, uma vila de estivadores próxima a qualquer porto no litoral brasileiro, enfim, em qualquer lugar onde houvesse redes sociais que se assistem e compartilham bens e serviços. Não tenho a pretensão de tornar-me “doutora em favela” (Valladares, 2005), mas uma doutora em Antropologia que fez seu trabalho de campo em uma favela carioca.

Meu trabalho partiu da ideia de Clifford Geertz, para quem “o lócus do estudo não é o objeto de estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...) eles estudam nas aldeias” (1989, p.32). Busquei então a “teia de significados” que o autor defende ao tratar das maneiras de acesso e consumo de serviços

na Barreira do Vasco, minha “aldeia”, ou como o professor Dr. Peter Fry me disse uma vez, minha “favela de estimação”.

### Considerações finais

O pesquisador traz consigo uma historicidade, uma carga de vivências que vão dar o tom de suas descobertas durante o trabalho de campo. Ingênuo pensar que se tem mais a ensinar do que a aprender com os nativos, ou seja, com aqueles interlocutores que se estabelece relações. Somos feitos disso: relacionamentos. Foi através destes, ou da sua falta uma vez que nasci e fui criada em um bairro de classe média verticalizado onde a individualidade é uma valor cultivado e defendido ao extremo que pude vislumbrar o que a favela tem de bom: gente. Como antropóloga, não poderia deixar de tratar das pessoas e dos vínculos que estabeleci ao longo desses quase quatro anos de contato. Dessa maneira só consegui desenvolver a empatia através da entrada em duas redes sociais - as chamadas “Redes Sociais de Assistência Mútua” (Lomnitz, 1975) - participei, assim da rede dos “Nossos” (composta por cerca de 10 famílias) e da “Família-Associação” (composta por colaboradores da Associação de Moradores da Barreira do Vasco - AMBV). Desenvolvi relações íntimas com algumas pessoas a ponto de me considerarem "sua segunda família" como certa vez me disseram. No centro das duas redes estão Vânia Rodrigues e sua mãe, Eunice Rodrigues (falecida em 2015, a quem presto homenagem); respectivamente, presidente da Associação de Moradores e rezadeira local, percebida como “patrimônio” da favela, como ela mesmo me disse uma vez: "eu sou nome de rua aqui".

Mais que isso, ao partilhar das redes sociais nas quais me inseri e com as quais estabeleci laços sociais tão próximos que me senti determinadas vezes “cooptada” e fui percebida (e tratada) como parte delas apesar de nossas diferenças socioculturais. Foi a partir deste vínculo que deixei de ser percebida como uma pesquisadora ou agente da "área social" – o que fazia menção ao meu campo de atuação profissional – e conquistasse uma identidade própria. Passei a ser percebida como alguém mais próximo, por vezes apontada como “de casa” ou “das Nossas”, o que se exemplificava através da liberdade

adquirida para abrir a geladeira de algumas casas – ação extremamente representativa de intimidade, indício inequívoco de “familiaridade”.

Através desta intimidade conquistada pude perceber e fazer parte das "Economias de Compartilhamento", uma forma de reciprocidade na esfera íntima onde ocorrem compartilhamentos de objetos comuns e corriqueiros a serviços como o cuidado de crianças e idosos. Desse modo, os “gatos”, as gambiarras e os arranjos técnicos são algumas dessas expressões que foram observados em campo e que me levaram até a favela inicialmente, mas que no decorrer do trabalho etnográfico se mostrou apenas um ponto de partida para algo muito maior: os “gatos” fazem parte de um dos bens e serviços compartilhados.

A rede social dos “Nossos” se mostra como um cenário para observar os atores e suas ações dentro da própria rede (Latour, 2012). Diante deste posicionamento (histórico), os moradores encontraram caminhos para resolver os problemas de diversas ordens revelando uma espécie de “resistência desarmada”<sup>11</sup> e seus respectivos personagens, figuras ilustres que detêm a *expertise* para fazer do viver na favela algo não apenas possível, mas também viável, e por vezes, desejável.

Neste contexto, através de alguns casos de compartilhamentos observados, revelaram-se os vínculos que proporcionam as redes de empréstimo numa espécie de consumo colaborativo em que existem normas e regras a compor uma moralidade própria, porém velada, do “dar, receber e retribuir” (Mauss, 2003). Práticas absorvidas e naturalizadas, que expõem significados para além da dádiva ou do contra-dom, pois confirmam o pertencimento e a noção de existência dentro da própria rede. As dádivas não estão nos objetos (bens) ou nos serviços prestados, e sim nos laços sociais que denominam “amizades”. Ser da favela e dela fazer parte significa aprender a compartilhar dentro da rede social ao qual pertence respeitando valores e hierarquias das associações (vínculos sociais). Quanto mais íntimo se é de um integrante, maior a possibilidade de empréstimos, ou seja, compartilhamentos.

---

<sup>11</sup> Expressão cunhada pela socióloga Jacqueline Muniz em entrevista ao programa GloboNews em pauta sobre os ataques as UPPs em 19 de março de 2014. Disponível em: <http://globoTV.globo.com/globo-news/globo-news-em-pauta/v/sociologa-fala-sobre-ataque-a-upps-no-rio-de-janeiro/3228078/>

Esse foi o modo que encontrei para apresentar o percurso que fiz para acessar, observar e interpretar as muitas “análises situacionais” imbricadas nas economias de compartilhamento e sua centralidade no universo estudado. As divisões, provisão e partilha me surpreenderam enquanto seguia os caminhos das favelas com seus fios e canos. A "economia de favela" tem muitas lições a serem observadas, aprendidas e praticadas se forem de fato pesquisadas e vivenciadas sem julgamentos, preconceitos e etnocentrismo. Os moradores de favela me ensinaram a enxergar o que a sociedade do asfalto nunca conseguiu: viver o compartilhamento na sua essência, onde o coletivo se sobrepõe ao indivíduo em muitas situações. Eu não sou mais a mesma. Obrigada Barreira do Vasco.

#### Referências Bibliográficas:

CERTEAU, M. De. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2 : morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978

\_\_\_\_\_. *Os Nuer: Uma Descrição do Modo de Subsistência e das Instituições Políticas de um Povo Nilota*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2001.

FREIRE-MEDEIROS, B. *A Favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. LTC S.A., Rio de Janeiro, 1975; 1989

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Bauru: São Paulo: EDUSC, 2012

LESSA, Carlos. *Breve sociologia da "arte da viração"*. *Revista eletrônica Insight Inteligência*. Vol 51, ano XIII – 4º trimestre 12/2010. Disponível em <http://www.insightinteligencia.com.br/51/PDFs/07.pdf>.

LOMNITZ, L. *Cómo Sobreviven los Marginados*. México: Siglo Veinteuno, 1975.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “A política na favela”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 4, N. 4, OUT/NOV/DEZ 2011, p. 699-716, 1967.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Os Pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naif, 2003.

PERLMAN, Janice F. (1977) “*O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro.*” – Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

PRICE, John A. *Sharing: The Integration of Intimate Economies*. Anthropologica; New Series, Vol. 17, No. 1, 1975. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/i25604930>

SAGMACS (1960). Aspectos Humanos da Favela Carioca: Suplementos especiais do jornal O Estados de São Paulo, 13 a 15 de abril.

SARTI, Cynthia Andersen, *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo, Cortez, 2003.

SILVA, Jailson de Sousa. *A Pluralidade de Identidades no Bairro Maré – Rio de Janeiro*. Revista GEOgraphia Vol. 3, No 5 (2001). Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/6> Acesso 20 de maio de 2001.

SOUSA SANTOS, B. *Notas Sobre a História Jurídico Social da Pasárgada*. In SOUSA JR. J. G. (org.) *O Direito Achado na Rua*. Brasília: UFB, 1987.

VALLA, Victor V. (org). *Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil: resenha da literatura”. In: \_\_\_\_\_ (org). *Repensando habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1991.

\_\_\_\_\_. *A invenção da favela: do mito de origem à favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

YACCOUB. Hilaine de Melo. *Atirei o pau no “gato”. Uma análise sobre consumo e furto de energia elétrica (dos “novos consumidores”) em um bairro popular de São Gonçalo – RJ*. Dissertação (Mestrado) em Antropologia – Universidade Federal

Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, Niterói, RJ, 2010.

\_\_\_\_\_ A chamada “Nova Classe Média”: Cultura Material, Inclusão e distinção social. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 197-231, jul./dez. 2011

\_\_\_\_\_ Reportagem Época Negócios Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Vida/noticia/2013/04/antropologa-que-estuda-favela-para-empresas.html>. Acesso 20 de março 2014.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985, 2002.